

**RtPaut no AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.453.445 - SP
(2019/0047632-0)**

RELATOR : MINISTRO BENEDITO GONÇALVES
REQUERENTE : REFINARIA DE PETROLEOS DE MANGUINHOS S/A - EM
RECUPERACAO JUDICIAL
ADVOGADOS : MARCOS JOAQUIM GONCALVES ALVES - DF020389
ALAN FLORES VIANA E OUTRO(S) - DF048522
REQUERIDO : FAZENDA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PROCURADORES : MILTON DEL TRONO GROSCHE - SP108965
RAQUEL DÉBORA DE OLIVEIRA E OUTRO(S) - SP118946

DECISÃO

Trata-se de petição apresentada por REFINARIA DE PETRÓLEOS DE MANGUINHOS S/A – EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL (fls. 619-642), em que manifesta oposição ao julgamento virtual do agravo interno de fls. 595-611, afirmando que “i) a discussão de mérito nos autos refere-se a operação complexa à qual se busca aplicar precedente da Egrégia 1ª Seção desta Corte Superior (REsp n.º 1.090.414/RS – doc. 1); e ii) existe iniciativa para afetar o mérito em discussão à sistemática dos Recursos Repetitivos, nos termos do despacho proferido pelo Min. Napoleão Nunes Maia Filho nos autos do REsp n.º 1.698.841/SP” (fl. 619).

O art. 184-A do RISTJ autoriza a inclusão dos embargos de declaração (inciso I), dos agravos internos (inciso II) e dos agravos regimentais (inciso III) na pauta do julgamento virtual. As partes podem em cinco dias úteis, contados da publicação da pauta de julgamento no Diário da Justiça eletrônico, de forma fundamentada, expressar a sua não concordância com o julgamento virtual, bem com poderão, por meio de advogado, apresentar memoriais (art, 184-D, parágrafo único, I e II, do RISTJ).

Nessa sistemática de julgamento virtual, há um interstício de tempo de sete dias corridos para que os membros do órgão colegiado decidam, bem como é possível que qualquer integrante do Órgão Julgador expresse não concordância com o julgamento virtual (arts. 184-E e 184-F, § 2º, do RISTJ).

Como se percebe, no julgamento virtual, as normas regimentais garantem o respeito ao contraditório e à ampla defesa, assegurando aos advogados das partes apresentarem memoriais que auxiliem no esclarecimento das questões de fato e de direito que emergem do caso concreto (AgInt nos EAREsp 369.513/GO, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, CORTE ESPECIAL, julgado em 11/06/2019, DJe 26/06/2019).

Na espécie, por se tratar de julgamento de agravo interno interposto contra decisão que não conheceu do agravo em recurso especial, verifico as alegações trazidas pela requerente não são suficientes para afastar o julgamento virtual do recurso.

Ante o exposto, indefiro o pedido.

Publique-se. Intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília, 26 de novembro de 2019.

Ministro BENEDITO GONÇALVES
Relator